

SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA INTEGRAL E DE QUALIDADE

O Brasil, desde o golpe de 2016, tem vivenciado momentos difíceis e, se antes do golpe, o país já era um dos países onde mais trabalhadores e trabalhadoras morriam e adoeciam em decorrência das precárias condições de trabalho, com pandemia de Covid-19 a situação só se agravou.

De acordo com dados do Observatório Digital de Saúde e Segurança, fruto da parceria entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no período de 2016 a 2021 foram registrados mais de 3.416 milhões acidentes com Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) - **1 notificação a cada 51s**; 12.902 acidentes com óbitos - **1 óbito a cada 3h 49m 15s**.

Essa situação foi agravada pelas medidas adotadas pelo governo Bolsonaro, contrárias às recomendações pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para combater a pandemia. O governo Bolsonaro atuou no sentido de retirar direitos e a favor do vírus. Com isso, contribuiu para que o Brasil atingisse **697** mil pessoas mortas em consequência de complicações causadas pela Covid-19.

As precárias condições de trabalho, a falta de políticas concretas de proteção e promoção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras formais e informais e o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a falta de interação em o Ministério da Saúde e os demais ministérios contribuíram e contribuem para que o processo saúde e doença não seja devidamente tratado como **CENTRAL** nas ações do Estado.

Considerando a Declaração do Presidente Lula do dia 18 de janeiro, no encontro com as Centrais Sindicais: *“Não queremos que trabalhador seja um eterno fazedor de bico. Nós queremos que trabalhador tenha direitos garantidos e quando ele for trabalhar que tenha um **SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL** que o proteja no momento de uma desgraça na vida”*, precisamos reunir forças políticas e sociais para essa construção sair do universo dos desejos.

Para nós, é inaceitável que, em benefício do capital, os/as trabalhadores e trabalhadoras tenham de pagar com sua saúde e suas vidas, se expondo a trabalho em ambientes insalubres, penosos e perigosos.



Vimos durante o governo Bolsonaro, o desmonte do SUS e de suas políticas de saúde do(a) trabalhador(a), associado a fragilização das ações de inspeção do trabalho, implicando em maior exposição a riscos e agravos à saúde.

Neste sentido, se faz urgente e necessário que o novo governo coloque a saúde e a segurança da classe trabalhadora como elemento **CENTRAL** de sua agenda de políticas públicas. Não se pode desenvolver e crescer economicamente, sem garantir condições dignas e seguras de trabalho associadas à valorização profissional.

É fundamental garantir a atenção integral da saúde do trabalhador e da trabalhadora, buscando a intra e intersectorialidade, envolvendo as diferentes instâncias do Ministério da Saúde e demais ministérios que compõem o governo de modo a atender as demandas da classe trabalhadora.

Não dá para pensar a saúde e a segurança com intensas transformações nas relações, nos processos e nos ambientes de trabalho, sem considerar a importância da ação conjunta na busca pela superação das dificuldades existentes no campo da saúde da classe trabalhadora para concretização da prática intra e intersectorial com participação e diálogo social.

O FNSCSTT entente que é preciso fortalecer as ações da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST) de modo a promover ambientes de trabalho saudáveis e seguros, bem como, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNSS) no âmbito do SUS.

Associado a isso, e diante de todo este cenário, as entidades sindicais propõem a **recriação de um Fórum de Diálogo Permanente** que possibilite a construção de caminhos possíveis para solucionar problemas históricos que impedem o avanço das ações de promoção e proteção da saúde dos(as) trabalhadores(as).

- ✓ Além de promover a inclusão de conteúdos referentes à saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras nos processos de educação permanente, voltados para a comunidade e o controle social, incluindo os grupos de trabalhadores em situações precárias e vulneráveis;



- ✓ Investir na formação e no estabelecimento e aplicação de protocolos, linhas guias e linhas de cuidado em saúde do trabalhador e da trabalhadora, com ênfase na identificação da relação saúde-trabalho-doença, o diagnóstico e manejo dos acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho, incluindo a reabilitação, a vigilância de agravos, de ambientes e de processos de trabalho e a produção de análise da situação de saúde.
- ✓ Investir no enfrentamento aos agravos à saúde provocados pela pandemia da Covid-19, bem como criar e fomentar uma rede de atenção a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras com sequelas da Covid-19;
- ✓ Fortalecer a identificação e registro da situação de trabalho, da ocupação e do ramo de atividade econômica dos usuários das unidades e serviços de atenção primária em saúde de modo a gerar informações sobre o processo de saúde e doença, contribuindo assim para a redução da subnotificação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e no sistema de informação da Atenção Básica;
- ✓ Garantir a carreira única para as(os) trabalhadoras(as) do Sistema Único de Saúde, com um Plano de Cargos e Salários, construído na Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP SUS), que deve ser retomada para democratizar as relações do trabalho e realização de concursos públicos.
- ✓ Criar mecanismo legal para proteger e promover a saúde mental relacionada ao trabalho nos ambientes de trabalho e implementar e fortalecer uma política pública de saúde mental no trabalho, que articule as ações individuais – de assistência e de recuperação dos agravos e de reintegração ao trabalho – com as ações coletivas de proteção, promoção, prevenção, de vigilância dos ambientes, processos de trabalho, e de intervenção sobre os fatores determinantes da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, contemplando a complexidade das relações trabalho/saúde mental, a atuação interdisciplinar, garantindo a inclusão e reconhecimento do sofrimento psíquico e das doenças mentais nas avaliações ocupacionais de saúde do trabalhador e construindo as interações necessárias entre a Rede de Atenção Psicossocial e a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST).



- ✓ Fortalecer e ampliar as ações em saúde do trabalhador e da trabalhadora desenvolvidas pelos CAPs, CERESTEs e Centros de Reabilitação Profissional com destinação inclusive de recursos;
- ✓ Fortalecer e ampliar a atuação em saúde do trabalhador e da trabalhadora de forma inter e intra ministerial em todo território nacional;
- ✓ Realizar a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;

Saudações sindicais,

